

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Demonstração do valor adicionado
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores
Acionistas e administradores
Via Norte Sul Rodovias S/A
Sinop/MT

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Via Norte Sul Rodovias S/A ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto descrito na seção a seguir intitulada **"Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras"**, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Via Norte Sul Rodovias S/A**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Empréstimos concedidos – Conforme mencionado na nota explicativa 5, a Companhia mantém saldos de empréstimos concedidos envolvendo partes relacionadas, no montante de R\$ 5.943 mil, para os quais não foram provisionados os encargos tributários e remuneratórios incidentes sobre operações de mútuo. Não nos foi possível estimar os efeitos que estas provisões de encargos, caso tivessem sido apropriadas as demonstrações financeiras, teriam sobre as contas de ativo, resultado e patrimônio líquido da Companhia nesta data-base.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado – A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das suas demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

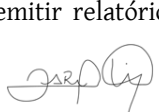
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria



Yvonne S. Martins

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Sinop/MT, 02 de fevereiro de 2022.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O


Dário Suzuki
Contador, CRC-MT 006444/O-7


Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

Via Norte Sul Rodovias S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas	Nota	2021	Contas	Nota	31/12/21
Ativo		12.334	Passivo e patrimônio líquido		12.334
Circulante		6.658	Circulante		633
Caixa e equivalentes de caixa	4	389	Obrigações trabalhistas	-	15
Empréstimos concedidos	5	5.943	Obrigações fiscais	-	32
Outros créditos	6	326	Fornecedores	8	586
Não circulante		5.676	Patrimônio líquido	9	11.701
Outros créditos	6	20	Capital social	-	12.200
Imobilizado	-	88	Prejuízos acumulados	-	(499)
Intangível	7	5.568			

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstração do resultado, em milhares de Reais
Período entre 02 de fevereiro e 31 de dezembro

Contas de resultado	Nota	2021
Despesas operacionais	10	(500)
Pessoal	-	(87)
Administrativas e gerais	-	(385)
Tributárias	-	(28)
Prejuízo operacional		(500)
Encargos financeiros líquidos	-	1
Despesas financeiras	-	(5)
Receitas financeiras	-	6
Prejuízo do exercício		(499)

Via Norte Sul Rodovias S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 02 de fevereiro de 2021	-	-	-
Integralização de capital social	12.200	-	12.200
Prejuízo do exercício	-	(499)	(499)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	12.200	(499)	11.701

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais
Período entre 02 de fevereiro e 31 de dezembro

Movimentação de caixa	2021
<u>Atividades operacionais</u>	
Prejuízo do exercício	(499)
Conciliação do prejuízo ao caixa operacional	
Depreciação	(4)
Varição dos ativos e passivos operacionais	
Outros créditos	(346)
Obrigações trabalhistas	15
Obrigações fiscais	32
Fornecedores	586
Caixa líquido das atividades operacionais	(216)
<u>Atividades de investimento</u>	
Aquisição de imobilizado	(84)
Aquisição de intangível	(5.568)
Caixa líquido das atividades de investimento	(5.652)
<u>Atividades de financiamento</u>	
Integralização de capital social	12.200
Empréstimos concedidos	(5.943)
Caixa líquido das atividades de financiamento	6.257
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	389
<u>Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	389
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	389

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstração do valor adicionado, em milhares de Reais
Período entre 02 de fevereiro e 31 de dezembro

Histórico	2021
<u>Composição do valor adicionado a distribuir</u>	
Outros custos	(356)
Outros (materiais, energia, serviços de terceiros)	(356)
Valor adicionado bruto	(356)
Depreciação	(4)
Valor adicionado líquido	(360)
Valor adicionado transferido	6
Receitas financeiras	6
Valor adicionado total a distribuir	(354)
<u>Distribuição do valor adicionado</u>	
Pessoal	93
Remunerações	70
Encargos (exceto INSS)	6
Outros benefícios	17
Governo	47
INSS (sobre folha de pagamento)	19
Outros impostos e taxas	28
Financiamentos	5
Juros incorridos	2
Taxas e despesas bancárias	3
Acionistas	(499)
Prejuízo do exercício	(499)
Valor adicionado distribuído	(354)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Via Norte Sul Rodovias S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de fevereiro de 2021. Seu capital social é detido pela Constral Construtora Ltda., com 50,1% de participação e pela Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda., com os 49,9% restantes.

O prazo de duração da Companhia é limitado ao termo final do Contrato de Concessão 006/2021/00/00 celebrado junto ao Estado de Mato Grosso, por intermédio da Sinfra/MT (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), em 07 de abril de 2021. O prazo de duração da Concessão é de 30 anos a partir desta data, considerando eventuais re- ratificações de cláusulas contratuais. Este contrato é fundamentado no Edital de Concorrência Pública 004/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição de 04 de março de 2021, no qual a Companhia sagrou-se vencedora. O valor do contrato, na data-base 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1,6 bilhões, corresponde a previsão de receitas brutas durante todo o período de concessão, conforme o plano de negócios vencedor da licitação.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à permissão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT-220, no trecho entre o BR-163 (Sinop) – entroncamento com a MT-410 (para Tabaporã) com extensão de 138,4 km, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como pela Lei Federal 8.987/95.

Operação da rodovia – Condicionada aos parâmetros de desempenho estabelecidos no plano de negócios, a operação comercial da rodovia tem previsão de início para o segundo semestre de 2022, por meio de três praças de cobrança de pedágio. Toda a etapa de projetos está concluída, bem como a contratação de software para gestão da operação nas praças de pedágio. As obras da rodovia tiveram início no segundo semestre de 2021, basicamente com a execução de operações de conservação e sinalização mínimas do trecho.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além das regulamentações da AGER – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso e ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em **02 de fevereiro de 2022**.

Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- (a) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 7, sobre o intangível, sobre a avaliação quanto aos critérios estabelecidos no contrato de concessão para definição quanto ao tratamento contábil dos investimentos realizados pela Companhia.
- (b) **Estimativas:** As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa 8, sobre fornecedores, quanto a mensuração dos serviços executados na obra e respectiva provisão contábil dos valores.
- (c) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações

atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: **(a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. **(a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; **(a.2) Custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Empréstimos concedidos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores emprestados e o valor total a receber é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos concedidos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como ativo circulante, considerando a estimativa de realização até o término do próximo exercício.

3.4 Intangível – **(a) Contratos de concessão (ICPC 01):** Em relação ao enquadramento destas demonstrações financeiras no âmbito do Pronunciamento Técnico ICPC 01 – Contratos de concessão, as análises desenvolvidas pela Administração concluíram pela aplicabilidade desta interpretação, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos dois quesitos básicos que caracterizam os negócios cobertos pela norma, onde os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão, bem como a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente. Desta forma, a Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível; **(b) direito de uso do bem público:** Não é exigida da Companhia nenhuma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao direito de concessão para exploração da Rodovia

MT-220 e, desta forma, não foram reconhecidas obrigações dessa natureza, visto que serão exigidas apenas taxas mensais apuradas sobre as receitas de pedágio, quando foram apuradas; **(c) reconhecimento e mensuração** – Itens do intangível são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

3.5 Fornecedores – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano e como passivos circulantes se o pagamento for devido em período superior a um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, avaliadas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

3.6 Patrimônio líquido – As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. As **reservas de lucros**, quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, que prevê retenções de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal.

3.7 Despesas operacionais – Representam os valores incorridos relacionados às atividades administrativas da Companhia, reconhecidos em regime de competência.

3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, apurado anualmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Estes passivos fiscais são calculados com base em alíquotas fiscais vigentes na data-base de apuração. O lançamento de impostos diferidos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores externos.

3.9 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é calculada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos (se o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser estimado de forma confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados exclusivamente pelos valores mantidos em conta corrente junto ao Banco do Brasil, R\$ 389 mil nesta data-base.

5. Empréstimos concedidos

Os saldos de empréstimos concedidos referem-se a operações financeiras mantidas junto aos acionistas. A expectativa da Administração é que estes valores sejam realizados ao longo deste próximo exercício, sendo que não há previsão contratual de encargos remuneratórios.

Empréstimos concedidos	2021
Centro Vias Const. Inc. Part. e Arm. Ltda.	2.973
Constral Construtora Ltda.	2.970
Saldos, em R\$ mil	5.943

6. Outros créditos

Os saldos mais representativos mantidos nesta conta têm origem em despesas antecipadas com pagamento de seguros contratados.

Outros créditos	2021
Despesas antecipadas	315
Adiantamentos a fornecedores	10
Outros saldos	1
Circulante, em R\$ mil	326
Despesas antecipadas	20
Não Circulante, em R\$ mil	20

7. Intangível

Composto pelos gastos com a recuperação e melhoramento da rodovia MT-220, os quais concentram-se em serviços de engenharia e de conservação, manutenção, licenças de softwares, entre outros. A amortização destes gastos será avaliada a partir do início das operações da rodovia, mediante o registro de receitas pela cobrança de pedágio.

Intangível	2020	Adições	2021
Custo de aquisição	-	5.568	5.568
Prédios operacionais	-	2.118	2.118
Gestão de contrato	-	1.907	1.907
Software	-	1.261	1.261
Obras e conversação	-	282	282
Saldos, em R\$ mil	-	5.568	5.568

8. Fornecedores

Referem-se às obrigações da Companhia, totalmente firmadas em moeda nacional, para com fornecedores de serviços e materiais necessários para a operação da concessão.

Fornecedores	2021
V.F. Gomes Construtora Ltda.	451
Evvia Engenharia e Consultoria Ltda.	47
Engefoto Engenharia S/A	27
AG Marques Engenharia e Const. Ltda.	18
Outros fornecedores	43
Saldos, em R\$ mil	586

9. Patrimônio líquido

A distribuição do capital social da Companhia é demonstrada no quadro abaixo, totalmente integralizado e cujas ações possuem valor unitário nominal de R\$ 1,00.

Acionistas	2021	%
Constral Construtora Ltda.	6.112	50,1%
Centro Vias Const. Inc. Part. e Arm. Ltda.	6.088	49,9%
Saldos, em R\$ mil	12.200	100%

10. Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são distribuídas conforme o quadro seguinte.

Despesas operacionais	2021
Pessoal	(87)
Salários e ordenados	(48)
FGTS e INSS	(25)
Benefícios e outros	(14)
Administrativas e gerais	(385)
Serviços de terceiros	(263)
Viagens e estadias	(49)
Manutenção e conservação	(22)
Alugueis	(16)
Bens de pequeno valor	(16)
Despesas com veículos	(12)
Outras despesas	(7)
Tributárias	(28)
Impostos, taxas e cartório	(28)
Totais, em R\$ mil	(500)

11. Provisão para contingências

A Administração considera que, para esta data-base, não existem processos em curso cuja perda é considerada “provável”, não sendo demandada a necessidade de constituição de provisão para contingências de qualquer natureza.

A Companhia não possui outras contingências fiscais, cíveis e trabalhistas com perda classificada como “possível” para fins de divulgação nestas demonstrações financeiras.

12. Partes relacionadas

Os saldos mantidos com partes relacionadas nesta data-base são exclusivamente compostos pelos repasses financeiros mencionados na nota explicativa 5, sobre outros créditos.

Partes relacionadas	2021
Centro Vias Const. Inc. Part. e Arm. Ltda.	2.973
Constral Construtora Ltda.	2.970
Saldos, em R\$ mil	5.943

13. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais riscos e sinistros. A Companhia é responsável por obrigações assumidas pela contratação de seguro-garantia que visa garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão. O escopo dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Seguradora	Contratação	Vencimento	Objeto segurado	Cobertura
Fairfax Brasil Seguros S/A	29/04/21	01/05/22	Responsabilidade civil geral	4.000
Fairfax Brasil Seguros S/A	01/05/21	01/05/22	Compreensivo empresarial	4.000
Fairfax Brasil Seguros S/A	29/04/21	01/05/23	Riscos de engenharia	88.976
American Life Seguros	20/03/21	20/03/22	Contrato de concessão	32.172
Total, em R\$ mil				129.148

14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A gestão de **riscos corporativos** insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) **Risco de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros. Os saldos de bancos são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

Ativos	2021
Caixa e equivalentes de caixa	389
Empréstimos a terceiros	5.943
Outros créditos	346
Saldos, em R\$ mil	6.678

b) **Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	2021 (contábil)	Fluxos de caixa	
		Até 1 ano	Total
Obrigações trabalhistas	15	15	15
Obrigações fiscais	32	32	32
Fornecedores	595	595	595
Saldos, em R\$ mil	642	642	642

c) **Risco de mercado:** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, tais como cambiais ou de taxa de juros, desta forma, não foi apresentada uma análise acerca de tais itens.

Sinop/MT, 02 de fevereiro de 2022.

Fausto Presotto Bortolini
Presidente do Conselho de Administração

Fábio Siqueira Campos
Diretor Presidente